

Ata da sétima reunião ordinária
da Câmara Municipal de Cabo Frio,
Realizada no dia dezessete de novem-
bro de 1967.

Aos dezessete dias do mês de novembro de mil e novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Cabo Frio, realizou-se a sétima reunião ordinária, do último período (ex) legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio. Pre-
sente os Vereadores: Luiz Joaquim Corrêa, Antonio de Souza Veisveira, Adhail
Quimaraes Sôvas, Otímio Lardoso dos Santos, Hermes de Araujo Ramos, e
Thur Corrêa de Sá, Erapcam Simentá e Walter Soares Lardoso. Notando-se
as ausências dos Vereadores Emigdio Gonçalves Coutinho, Manoel José de
Laxvalho e Fernandes Costa de Souza. Havendo número legal o Sr. Presiden-
te considerou aberta a Sessão, nomeando secretário Ad hoc o Vereador Ad-
hail Quimaraes Sôvas que procedeu a leitura do expediente que constou
de um ante. Projeto apresentado pelo Vereador Walter Soares Lardoso. Não
tendo o primeiro Secretário apresentado a Ata da reunião anterior o Sr.
Presidente concedeu a palavra ao primeiro orador inscrito, Vereador Erap-
cam Simentá que (justi f. digo) justificou a sua ausência por motivo de viagem
e congratulou-se com o Município pela passagem do seu 352º aniversário
parabenizou e manifestou sua satisfação pelos melhoramentos verifica-
dos, augurando que muito mais seja feito com a belíssima arrecada-
ção mensal de R\$ 220.000,00. Comentou o apadrinhamento de obras
por diversos políticos, citando inclusive a construção do muro do Gin-
násio que foi uma conquista da Câmara de Vereadores, através de in-
dicação do Vereador Adhail Quimaraes Sôvas, como prova. Ofício do Sr. Secre-
tário de Obras Públicas comunicando atendimento, passou a história e os en-
tendimentos havidos entre o Diretor-Presidente da C. M. F. e o Governo do Esta-
do, para a solução do problema de água em Cabo Frio, com a construção de u-
ma sub. adutora. Após exemplificar o apadrinhamento político de obras
realizadas com a atribuição ao ex. Prefeito Antonio Basto do asfaltamento da
rua da Cabo Frio. Arxial do Cabo realizado exclusivamente pelo Governo ou
lo íores, perseguiu sua argumentação sobre o problema da água em ri-
ma de um artigo da Presidência da C. M. F. inscrito no Alcolis Jornal o qual
pediu fosse transcrita em Ata, para que os aderistas do Governo ferassem
atentos, através de acôrdos espúrios, não fiquem dizendo que está corre-
quindé tuc. Com a parte, o Vereador Walter Soares Lardoso declarou que lhe che-
gou ao conhecimento de qualquer pronunciamento do Sr. Governador a res-
peito, mas o orador continuou afirmando que o problema somente foi re-
solvido depois do encontro do Sr. Governador com o Sr. Presidente da C. M. F., e
não por intermédio de aderistas que abandonam os princípios pregados
numa campanha política por acôrdos repulsados por diversos colegas seus.
Dizendo que continuava discordando do sistema administrativo da C. M. F.,
mas pedia fosse enviado ofício ao Sr. Presidente, agradecendo em nome
da população cabofriense as gestões e fetivas, junto ao Governo do Estado pa-

xa a solução do problema de água em Igarapé. Valendo-se de sua palavra no expediente, analisou a proposta Orçamentária, na sua previsão, que provocaria certamente um superavit para o Sr. Prefeito usar à vontade através de créditos adicionais, o que, significaria o lidar com outro orçamento, motivo porque pediu a exclusão do artigo 4º do Projeto de Lei Orçamentária. Comentou a seguir o projeto. Executivo que cria a Junta de Recursos Esportivos, no seu estilo totalitário e quase fascista conforme é o feito do Sr. Prefeito. Criticou o sistema de nomeação dos membros da junta e as saídas contra o funcionário municipal, nomeado membro da mesma, apesar de se considerar como de relevantes serviços. Considerando que a municipalidade já tem o seu conselho de contribuintes aprovado pela Câmara pediu a rejeição da matéria, que poderia ser revista e apresentada em outra legislatura. Falando sobre o Slamo Oriental, reputando o matéria de refinada política, não obstante ser ele e alguns de seus companheiros acusados de fazerem demagogia e política barata e rasteira, quando eles querem somente que o R. D. S. seja na Prefeitura o partido que elegeu o Sr. Prefeito. Analisando as distorções do Slamo Oriental, demonstrou as alterações e disparidades de algumas verbas, especialmente entre as verbas de assistência social, educação e recreação, estabelecida de tal maneira a facilitar a que o Sr. Prefeito venha a fazer a sua política. Disse que, enquanto é negado qualquer auxílio a pobreza, dizendo o Prefeito que não possui verbas, gasta dinheiro com cabeludos, times de futebol e festividades por uma semana. Afirmou que não passaria recibo em matéria de alienação e de política (eleitorada digo) eleitoral. Declarou que o Sr. Prefeito se entende melhor com seus adversários do que com os seus companheiros, porque estes lhe fazem sombra. Em aparte que lhe foi concedido o Vereador Ottime dos Santos declarou que estava pronto a comparecer ao Gabinete do Sr. Prefeito para entrar em entendimentos e apresentar as suas reivindicações. O orador declarou que se o Sr. Prefeito quizer qualquer entendimento que o procure, pois com suas pernas não irá ao Gabinete. Não que retrucou o Vereador Ottime dos Santos dizendo - que discordava com a parte política do pronunciamento do seu colega. Aparteado pelo Vereador Walter Soares que disse estar o orador enganado, ao que respondeu ser o seu apoio ideológico e não de cabresto. Semutando com o Vereador Antonio de Souza Teixeira, falou o Vereador Walter Soares Cardoso, dizendo que tal fazia para não se esquecer de responder as críticas do Vereador Orapocam Simentá. Congratulou-se com o aniversário da cidade desejando que a efemérida se repita por muitas vezes. Criticou a ausência dos Vereadores - Sessão Solene da Câmara em homenagem ao Sr. Governador do Estado. Aparteando o Vereador Orapocam Simentá disse que o Governador e o Prefeito procurasse prestígio onde quizesse e não com ele contra. Aparteando o Vereador Arthur Loureá de Sá afirmou (que não com ele, digo) que não compareceu porque não quis e por causa de um Sr. Prefeito que sempre desprestigiou, desrespeitou e achincalhou a Câmara. Prosseguiu o Vereador Orapocam Simentá disse que o comparecimento dos Vereadores daria uma falsa impressão ao Governador e que Sessão fôra marcada pela comissão de desta sem nada combinar com os Vereadores. Pros seguindo na sua oração o Vereador Walter Soares Cardoso, dizendo que não

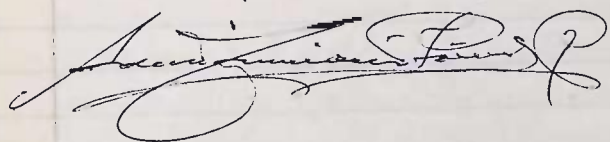
daria mais apartes, agradeceu ao Deputado Wilson Mendes que falou, pela Câmara na Sessão Solene, trazendo as homenagens ao Governador. Lembrando os demarches e o intenso trabalho para contornar a situação, sem demagogia, sendo mais baixista do que político, disse não se importar com legenda mais com o progresso do Município, pois legenda não tem valor para ele. Declarando que vem relegando ao desprêzo a sua família e os seus negócios para os entendimentos e bom andamento da administração mas que jamais procurará o Vereador Graçaam Simenta para entendimentos políticos-administrativos, dizendo ser pobre de vergonha, mas não faltará a sua palavra, pois acha que com este já entendeu o caldo dos entendimentos. Respondeu as críticas do Vereador Graçaam Simenta ao Orçamento, retificando os seus cálculos e comentando o artigo 4º ao que o Vereador Graçaam disse que tinha a administração e vaporado 700 milhões sem saber, pela desorganização econômica administrativa. Após ter respondido as críticas ao Slano Oriental, pediu ao Vereador Graçaam que exatasse menos prezar os seus colegas chamando os de Vereadores de cabresto, afirmou que cumpre um dever de honra defendendo as mensagens do Prefeito e que a Câmara era responsável pela sua aprovação ou rejeição. Por ordem de inscrição falou o Vereador Adhail Guimarães sócio, pedindo a aprovação de um voto de louvor a Flumitur, seu presidente Omar Fontoura e Dr. Hilton Costa pelo lançamento do livro Labório, Nossa Terra, Nossa Gente, congratulando-se com a feliz iniciativa da Flumitur oferecendo o seu patrocínio ao lançamento e com o novel escritor cabofriense que colaborou sobremaneira para o progresso da cultura do Município. Dizendo que tem dado provas sobejas de ser a favor dos problemas cabofrienses, indicou ao Secretario de Trabalho e Serviço Social, providências para que sejam reservadas no Educandário Progenes Guimarães, de Araruama, algumas vagas para o menor abandonado de Labório e que deverão ser entregues ao M. M. Dr. Juiz de Direito de Comarca. Justificou a ausência do Vereador Manoel José de Carvalho, que se encontrava acamado e manifestou-se não encontrar a razão porque a supressão do artigo 4º da Lei Orçamentária estava provocando tanta celeuma, uma vez que o Orçamento, bem elaborado como estava, podia ser usado durante o ano, sem (mecido digo) necessidade de abertura de créditos com tanta abundância e que ao fim do ano haveria de sobrar recursos orçamentários para a abertura de créditos suplementares. Comentando o projeto do Slano Oriental, o considerou impertinente de acôdo com a Lei 4.320 e manifestou a sua opinião de que em vez de a Câmara aprovar a Junta de Recursos discursivos, fosse colocado em pratica o Conselho de Contribuintes, foi a prova da pela Câmara. Por ordem de inscrição, falou o Vereador Arthur Lória de Sá, voltando a pedir providências sobre a situação que vem perturbando a tranquilidade dos moradores do Bairro da Sabotagem. Respondeu as críticas desenvolvidas durante a Sessão sobre a ausência dos Vereadores à Sessão Solene da Câmara, declarando-se mais uma vez disposto a colaborar para o progresso do Município, porém sempre pronto a

logiar o que estiver certo e criticar aquilo que por acaso for feito ou estiver errado. Foi concedida a palavra ao Vereador Ultime dos Santos, justificando a sua ausência, por motivo de viagem e congratulou-se com o brilhantismo das festividades do aniversário da cidade, com as obras realizadas e a serem realizadas. Disse não ter conhecimento da programação, falando da sua desorganização, mas afirmando que soubera, a que estava para homenagear o Sr. Governador a quem muito aprecia e dispensa muita simpatia, pela boa vontade demonstrada quando de sua visita ao Solário para resolver o problema de energia elétrica o que vem satisfazendo. Se dia a residência não teve a mal a sua ausência, pois não houve programação antecipada, discordando da Comissão de Festas. Disse que pedirá ao Sr. Prefeito que faça uma festa solitária, mas no fim do seu governo, após poder ver os problemas mais graves do Município resolvidos, como o da favela, matadouro e mercado de peixe etc., pois não é somente Vereador mas também contribuinte, não tem prevenções contra o Sr. Prefeito e lhe dava mais um crédito de confiança pelas suas realizações e sua insistência para conseguir obras, junto aos governos estaduais e federais e que as suas reivindicações são todas de interesse do Município. Como último orador falou o Vereador Antonio Queiroz agradecendo a todos aqueles que colaboraram com as festividades do Município que o não comparecimento dos Vereadores à Sessão Solene da Câmara foi a nota dissonante. Agradeceu também ao Sr. Governador do Estado pelas auxílios que concedeu a Cabobruço e o seu empenho de resolver o problema de água e luz de Cabobruço, afirmando que o Município não tem dado aos seus visitantes o que eles bem merecem e que eles sabem juntamente conosco. Não havendo mais oradores inscritos, passou-se à ordem do dia, colocado em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça a respeito do Projeto do Plano Plurianual, o qual foi aprovado o Projeto da Junta de Recursos Fiscais, foi aprovado em 1ª Discussão. Encaminhando a Proposta Orçamentária, o Vereador Walter Soares Cardoso falou sobre a Comissão que entraria em contacto com o Sr. Prefeito e sobre a supressão do Artigo 4º do Projeto de Lei alegando que tal privilégio fora concedido aos Prefeitos anteriores. Colocado em votação a Proposta Orçamentária juntamente com a emenda foi a segunda aprovada por 5 votos contra 2 e a primeira por unanimidade, ambas em redação final. Colocado em votação única o Projeto que concede o Título de Cidadão Cabobruçense ao Dr. Milton de Carvalho Braga, foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais matéria a ser votada, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião marcando uma outra para o dia 24, do que, para constar foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e submetida a votos será aprovada na forma regimental. O assunto do Artigo 6º Problema da Água Doce do Alcalis Jornal - nº 5. Ano I. de outubro de 1961: Da Presidência. Ao interar-se da situação da Companhia, uma das primeiras preocupações da atual Administração, foram os seus problemas com o Estado do Rio: água doce e energia elétrica, que a Alcalis vinha fornecendo, há vários anos sem os respectivos pagamentos e agravado no caso da água doce, pela insuficiência do preço líquido às populações vizinhas. O abastecimento de água doce é resul-

tante de um convênio, celebrado em 10.12.56 entre o Estado do Rio de Janeiro e a Alcalis que previa a construção de uma adutora destinada à Companhia e, também, a alguns municípios do Estado: Cabo Frio, São Pedro d'Alcêdia, Araruama e Silva Jardim. O citado convênio estabeleceu que o custo dos trabalhos de construção, operação e manutenção seriam divididos entre a Alcalis e o Estado, cabendo, entretanto à primeira, a execução de todos os serviços. Concluída a adutora, foram iniciados em 1959, os fornecimentos de água doce ao Estado. Como até agosto de 1964, a Alcalis não tivesse recebido um único centavo do seu crédito, provocou uma reunião em 11.9.64, na fábrica de Cabo Frio, entre certas autoridades do Estado e a administração da Empresa, para o assunto ser debatido. O então Governador do Estado, Marechal Saulo Côrtes, e vários Secretários de Estado, tendo em vista impossibilidades financeiras, acordaram com a Administração da Alcalis que o convênio de 10.12.56 fosse reformulado, dentro das seguintes bases principais: - O débito do Estado, relativo à construção da adutora, seria considerado nulo e ela passava inteiramente à Alcalis que arcava, sozinha, com todas as despesas do empreendimento; - O débito relativo ao fornecimento de água doce ao Estado, desde 1959 até 31.12.64 seria também anulado, em troca do que, o Estado pavimentaria a estrada Cabo Frio Araruama do lado, até o sítio e o alojamento 16 e as avenidas principais da (f) Fábrica, num prazo de 8 meses; - O Estado pagaria, pontualmente, a partir de 1.1.65 as notas de débito que fossem apresentadas pela Alcalis; - O Estado construiria uma sub-adutora, para dotar a quantidade de água doce aos municípios da Região dos Lagos, ficando o trecho de 500 mm. reservado à Alcalis, com vistas à expansão das suas atividades industriais. A pavimentação da estrada, até o sítio, foi concluída, embora num prazo muito maior do que o previsto faltando ainda o trecho até o alojamento 16 e as avenidas principais da fábrica. O primeiro pagamento do Estado, pelo fornecimento de água, foi realizado em 3.1.1966 e a última conta paga, foi relativa a julho de 66 havendo, portanto, um atraso de 15 meses. A reformulação do convênio ainda não se processou, embora a Administração da Companhia mantivesse inúmeros contactos pessoais com as várias autoridades do Estado sobre o assunto, e tenha apresentado minuta do novo Ajuste por escrito, como por exemplo, em 14.6.65, 3.6.66 e 22.6.67 (Ofícios 6077. A ta. 65/1550, 66/1363 e 67/1483). No dia 22.6.67, a alta Administração da Alcalis teve a honra de proferir uma audiência com o Sr. Governador do Estado, a quem com toda a franqueza, fez um retrospecto geral do problema, dando ênfase toda especial, à necessidade urgente, da construção da sub-adutora, pois, sem ela, profundos reflexos sociais far-se-iam sentir no Município Fuminense das Região dos Lagos, que seriam enormemente agravados quando a Companhia concretizasse os planos de expansão da sua indústria em Cabo Frio. O Sr. Governador, compreendendo a gravidade do problema, tomou imediatas providências junto ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado, que, com vários auxiliares, manteve, na noite 5.7.67, os entendimentos iniciados com a Administração da Companhia, para a solução do problema. Aquela alta autoridade submeteu, então a Assembleia Legislativa, o projeto de Lei encaminhado pela Mensagem 28161, de 22.9.67, que autorizava o Sr.

do Ex. Executivo a abrir crédito especial de R\$ 2.500.000,00, com vigência a
te 31.12.68, destinado às despesas de construção da 1ª etapa da sub-adutora
no dia 4.10.69 a Assembleia Legislativa Estadual aprovou o citado Projeto de Lei,
tendo o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no dia 9.10.69, sancionado a Lei
que tomou o n° 5.934. Verifica-se, assim, que graças aos esforços da Alcalde
e à forma sã e objetiva com que o Sr. Governador do Estado encarou o
problema do abastecimento d'água aos municípios da região dos Lagos,
foi dado o passo inicial para a solução desse magno problema. Parabéns a Al-
calde e às populações vizinhas.

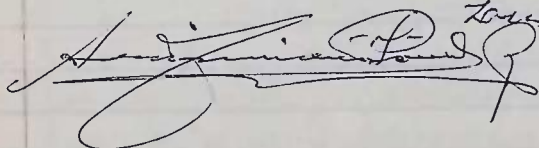
Louiz Joaquim Correia - Presidente



Ata da oitava Reunião Ordinária da Câ-
mara Municipal de Lagoa Brta, realizada
no dia 19 de novembro de 1969.

Nos dezessete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta
Cidade de Lagoa Brta, Estado do Rio de Janeiro, realizou-se a oitava reunião ordinária
do último período ordinário de Sessões, da Câmara Municipal de Lagoa Brta. Presen-
tes os Vereadores Luiz Joaquim Correia, Antonio de Souza Veisreira, Adhail Guimaraes
raes Soares, Ottime Cardoso dos Santos, Walter Soares Cardoso, Hermes de Araújo Sta-
mos e Graçaam Simentá e Arthur Correia de Sá. Havendo número legal, apesar
das ausências dos Vereadores Emigdio Gonçalves Coutinho, Demando Costa de Souza
e Manoel José de Carvalho, o Sr. Presidente considerou aberta a reunião, justificando
que a leitura das atas das reuniões anteriores seria procedida na próxima reu-
nião. Após considerações de vários Vereadores, inclusive do Sr. Presidente, de que o
período ordinário estava por expirar, justificando a necessidade de substituição da
pauta dos trabalhos, foi colocado em discussão para redação final a proposta Orçamen-
tária, inclusive a emenda que suprimia do Ant. Projeto de Lei o Artigo 4º a qual
foi aprovada por cinco votos contra dois e a proposta Orçamentária pela unanimi-
dade dos presentes. Foi concedido vistas ao Vereador Ottime Cardoso dos Santos no Pro-
jeto que cria a Junta de Recursos Fiscais e, finalmente aprovado o Projeto que conce-
de o Título de Cidadão Cabofriense ao Dr. Milton de Carvalho Braga. O Sr. Pre-
sidente marcou nova reunião para o dia vinte e quatro do corrente, constan-
do da pauta somente a Junta de Recursos Fiscais e o Projeto do Novo Código
Orçutário. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata que de pois de
lida e submetida a votos, será aprovada na forma regimental.

Louiz Joaquim Correia - Presidente



Ata da nona Reunião Ordinária da Câmara
Municipal de Lagoa Brta, realizada no dia vinte
e quatro de novembro de 1969.

Nos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil e novecentos e sessen-
ta e sete, nesta Cidade de Lagoa Brta, Estado do Rio de Janeiro, realizou-se a nu-
na reunião ordinária da Câmara Municipal de Lagoa Brta. Presentes os Vere-
dores Luiz Joaquim Correia, Antonio de Souza Veisreira, Emigdio Gonçalves